

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO
BOM

Edital – Pregão Eletrônico nº 013/2023
Processo nº 60/2023

TECNISAN SISTEMAS OPERACIONAIS DE SANEAMENTO EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.651.522/0001-16, com sede na Rua Cavaliere Ambrógio Cipolla, nº 826, Bairro Mariland, na Cidade de Caxias do Sul, RS, vem, respeitosamente, perante V. Sra., apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, com fundamento no art. 12, do Anexo I do Decreto nº 3.555/00, pelos fatos e fundamentos a seguir elencados.

1. DOS FATOS

A empresa ora Impugnante teve conhecimento do Edital nº 013/2023 e tem interesse em locar sanitários químicos portáteis para o Município de campo Bom

Ocorre, Ilustre Pregoeiro, que, ao prever a documentação habilitatória no edital, olvidou-se essa Prefeitura de que *o serviço de locação de sanitários químicos é atividade potencialmente poluidora* e que, como consequência, para contratá-lo, é imprescindível que o órgão licitante exija alguns documentos legalmente previstos para o exercício da atividade e o consequente cumprimento da legislação licitatória e ambiental.

Tal qual se encontra o edital ora impugnado, a Administração está assumindo o

risco de que o licitante vencedor viole a legislação licitatória e ambiental, o que poderá gerar danos irreparáveis, especialmente ao meio ambiente.

Vê-se, assim, que é unicamente em razão da inexistência de exigência para apresentação de alguns documentos habilitatórios indispensáveis à esmerada prestação do serviço licitado, que se fez necessário impugnar o presente edital.

Impugna-se, assim, tão somente o item 9 – “Da Habilitação” do Edital, em razão da ausência de qualquer exigência de documentação habilitatória específica para o exercício da atividade em questão.

Senão vejamos:

2. DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS:

Visando o respeito à Lei nº 8.666/93, bem como à legislação ambiental, o art. 30, IV, da Lei nº 8.666/93 autoriza a Administração a exigir dos licitantes o atendimento à legislação especial como forma de manter a qualificação técnica na prestação do serviço licitado.

Não obstante o presente edital não tenha contemplado qualquer exigência no intuito de atender à legislação especial, como se verá a seguir, a atividade de locação de banheiros químicos está amplamente regada por normas ambientais, as quais devem ser cumpridas, sob pena de responsabilização solidária da própria Administração.

Com o intuito de demonstrar que o edital ora impugnado deixa de exigir documentação prevista em lei para a prestação do serviço de locação de sanitários ecológicos, lista-se abaixo alguns documentos comumente exigidos pela Administração Pública em licitações dessa natureza quando há preocupação do órgão licitante em atender às exigências ambientais.

(a) Licença de Operação concedida pela FEPAM para transporte de cargas perigosas

As licenças ambientais são exigidas para empreendimentos e atividades que se enquadrem em pelo menos um dos dois requisitos apresentados a seguir:

- Utilizam recursos ambientais;
- São capazes de causar degradação ambiental.

A Resolução Conama nº 237, de 1997, listou os tipos de atividades e empreendimentos que necessitam de licença ambiental. A listagem está reproduzida no Anexo I, o qual contempla a atividade objeto da presente licitação:

Serviços de utilidade

- estações de tratamento de água
- interceptores, emissários, estação elevatória e tratamento de esgoto sanitário
- tratamento e destinação de resíduos industriais (líquidos e sólidos)
- tratamento e destinação de resíduos sólidos urbanos, inclusive aqueles provenientes de fossas

Transporte, terminais e depósitos

- transporte de cargas perigosas

Ademais, desde 06/2006, o transporte dos resíduos de banheiros ecológicos ou químicos deverá ser licenciado como fonte móvel de poluição, em razão do seu enquadramento como Classe 6, sub-classe 6.2, número ONU 2814, número de risco 606, Grupo de Risco 2, devendo ser identificado como resíduos sépticos de acordo com a Portaria nº 420/2004 da ANTT, de 12/02/2004.

E, de acordo com o próprio sítio da FEPAM¹:

A RESOLUÇÃO 420/2004 da ANTT, estabelece que **as substâncias de origem humana** diversas estão classificadas nos grupos de risco 1, 2, 3 e 4. As dos grupos 2, 3, e 4, são consideradas infectantes, logo **classificam-se como RESÍDUOS PERIGOSOS** (ONU 2814), as do grupo 1, ausentes de microorganismos patogênicos, **NÃO SÃO CLASSIFICADAS**.

IMPORTANTE: O coletor de fossa sépticas e de redes de esgotos urbanos, deverá solicitar um laudo biológico para o gerador do resíduo que identifique o resíduo coletado como pertencente ao grupo de risco 1 (ausência de patogenidade), **E SOMENTE NESTE CASO, com laudo, NÃO SERÁ NECESSÁRIO LICENCIAMENTO AMBIENTAL**.

¹ Disponível em <http://www.fepam.rs.gov.br/fossa.asp>, em 23 de setembro de 2021.

Como se vê, Ilustre Pregoeiro, o resíduo dos banheiros ecológicos é considerado como carga perigosa pela legislação ambiental (Grupo de Risco 2) e o licitante, na qualidade de coletor dessas fossas, precisará deter licenciamento ambiental para regularmente operar.

Desse modo, para que o Município de Parobé tenha segurança de que os licitantes respeitarão a legislação ambiental, deve exigir destes a apresentação da Licença de Operação da FEPAM.

(b) Contrato para recebimento e tratamento de efluentes

A exigência de que a empresa licitante possua contrato para recebimento e tratamento dos efluentes provenientes dos banheiros químicos advém da necessidade de que os resíduos deles oriundos, que serão coletados pela licitante vencedora, sejam descartados em uma estação de tratamento.

Ilustre Pregoeiro, sem a comprovação de que a empresa licitante tem local apropriado para descarte, não há como este órgão ter segurança de que o descarte não será feito em lugares impróprios, como ruas, rios, matas, gerando imensurável dano ambiental.

Neste íterim, cumpre destacar que há, inclusive, vídeos na internet, dando conta de empresas do ramo descartando os dejetos na rua, com o que a Prefeitura de Parobé não será conivente!

Com o intuito, então, de dar maior segurança ao atendimento à legislação ambiental, este órgão deve fazer constar no edital da presente licitação a exigência de que as licitantes comprovem possuir contrato com estação de tratamento de esgoto, para recebimento e tratamento dos dejetos recolhidos dos sanitários objeto da presente licitação.

(c) Licença de Operação dos Veículos e da Estação de Tratamento de Efluentes

De acordo com a Portaria FEPAM nº 31 de 02/05/2018, os resíduos provenientes do

esgotamento sanitário deverão ser encaminhados para tratamento em unidades de tratamento de efluentes orgânicos que possuam Licença de Operação em vigor junto ao Órgão Ambiental competente (*in casu*, a FEPAM). Referida portaria inclusive veda quaisquer lançamentos desses resíduos em locais não licenciados para tal finalidade.

Veja-se:

Art. 2º Os resíduos provenientes do esgotamento sanitário deverão ser encaminhados para tratamento em unidades de tratamento de efluentes orgânicos que possuam Licença de Operação em vigor junto ao Órgão Ambiental competente e sem restrições ao recebimento dos mesmos, sendo vedados quaisquer lançamentos em locais não licenciados para tal finalidade.

Outrossim, o artigo 3º dessa mesma Portaria prevê que o transporte desses resíduos somente poderá ser realizado por veículos igualmente licenciados:

Art. 3º A coleta e o transporte dos resíduos provenientes de esgotamento sanitário deverão ser realizados somente por veículos licenciados pela FEPAM para a atividade de Coleta e Transporte de Resíduos de Esgotamento Sanitário;

Portanto, diversamente do quanto prevê o Edital já alterado, não basta que a empresa licitante esteja licenciada pela FEPAM. Para o correto cumprimento da legislação ambiental local, é imprescindível que os veículos que transportarão os dejetos provenientes dos sanitários químicos sejam licenciados para esta finalidade e que a estação de tratamento que receberá os resíduos também seja licenciada.

Necessário, assim, incluir a exigência de que o licitante que concorrer no presente certame possua Licença de Operação de todos os veículos que serão utilizados, bem como que a estação de tratamento de esgoto esteja devidamente licenciada.

(d) Inscrição da Empresa e do Profissional no CREA, Certidão de Acervo Técnico do Profissional e Atestado de Qualificação Técnica, *devidamente averbados no CREA*

A qualificação técnica abrange o conjunto de requisitos profissionais que o licitante

deve possuir para bem executar o objeto da licitação. A exigência de documentos capazes de comprová-los submete-se à disciplina do artigo 30 da Lei nº 8.666/93, que assim dispõe em seus incisos I e II e §1º, inciso I:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - **comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação**, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

[...]

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por **atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes**, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, **profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes**, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos; [...]

Por meio da análise do referido artigo, pode-se observar que a própria Lei de Licitações elenca os documentos que serão exigidos dos licitantes para que comprovem ter aptidão técnica para bem desenvolver o objeto do contrato. Assim o faz com a intenção de assegurar à Administração que, quando da contratação do licitante vencedor do certame, ele terá plenas condições de executar a atividade contratada.

Senão vejamos os documentos elencados no artigo em questão:

(i) *Art. 30, I: registro no CREA*

Inicialmente, então, cumpre mencionar que a atividade de locação de banheiros químicos se submete à fiscalização do CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.

Para a comprovação da escoreita inscrição da empresa e do profissional na

entidade, basta que seja exigido dos licitantes que visam locá-los a apresentação dos respectivos registros.

(ii) Art. 30, II: comprovação de que a licitante possui profissional de nível superior registrado no CREA em seu quadro de funcionários e comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação

Ademais, imprescindível que a licitante comprove possuir (em seu quadro de funcionários ou prestador de serviços) engenheiro registrado no CREA e que possua atestados de responsabilidade técnica relativamente a serviços de complexidade equivalente àquela licitada.

Portanto, a comprovação de atendimento ao quanto previsto no inciso II do artigo 30 dar-se-á na forma do §1º, qual seja, através da exigência de apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas, *devidamente registradas no CREA* - os chamados Atestados de Qualificação Técnica –, e através da exigência de comprovação de que o licitante possui profissional de nível superior reconhecido pela entidade competente e detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes.

Ou seja, Ilustre Pregoeiro, para atender à exigência constante no art. 30, II, necessário exigir que a licitante possua atestados que comprovem aptidão para o desempenho de atividade de complexidade semelhante com o objeto da licitação. É necessário ainda que estes atestados tenham sido averbados no CREA - eis que esta é a entidade profissional responsável pela fiscalização do serviço de locação de banheiros químicos -, e que a empresa comprove ter engenheiro inscrito na entidade e detentor de Certidão de Acervo Técnico.

Sendo assim, em análise do disposto na Lei de Licitações, depreende-se ser dever da Administração assegurar que os licitantes possuam qualificação técnica para cumprir o contrato, mediante exigência da inscrição da empresa e do profissional no CREA, da Certidão de Acervo Técnico e do Atestado de Qualificação Técnica de todos os licitantes que visam prestar o serviço de locação de banheiros químicos a esta Prefeitura, os quais deverão estar devidamente registrados no CREA e ser compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

(d) Cadastro Técnico Federal do IBAMA e Relatório Anual de Atividades do IBAMA

Todo aquele que se dedica à atividade potencialmente poluidora deve possuir cadastro técnico no IBAMA, bem como aquele que exerce atividade de assessoramento em matéria ambiental, como prescreve artigo 17, da Lei nº 6.938/81, já que o artigo 9º, da mesma lei, afirma que tal cadastro é instrumento da própria política nacional do meio ambiente:

Art. 17. Fica instituído, sob a administração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA: (Redação dada pela Lei nº 7.804, de 1989)

I - Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, para registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a consultoria técnica sobre problemas ecológicos e ambientais e à indústria e comércio de equipamentos, aparelhos e instrumentos destinados ao controle de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras; (Incluído pela Lei nº 7.804, de 1989)

II - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, para registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras e/ou à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e subprodutos da fauna e flora.

Ademais, a empresa que exerce atividade potencialmente poluidora é considerada sujeito passivo da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental, possuindo o dever de apresentar o relatório anual de suas atividades ao IBAMA, de acordo com os artigos 17-B e 17-C, além do Anexo VIII, da Lei nº 6.938/81:

Art. 17-B. Fica instituída a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA, cujo fato gerador é o exercício regular do poder de polícia conferido ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA para controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais." (Redação dada pela Lei nº 10.165, de 2000)

Art. 17-C. É sujeito passivo da TCFA todo aquele que exerça as atividades constantes do Anexo VIII desta Lei.(Redação dada pela Lei nº 10.165, de 2000)

§ 1º O sujeito passivo da TCFA é obrigado a entregar até o dia 31 de março de cada ano relatório das atividades exercidas no ano anterior, cujo modelo será definido pelo IBAMA, para o fim de colaborar com os procedimentos de controle e fiscalização.(Redação dada pela Lei nº 10.165, de 2000)

Sabe-se que o documento deve ser entregue por todos aqueles que exercem atividades potencialmente poluidoras, eis que imprescindível para o monitoramento da qualidade

ambiental das empresas. É por meio do Relatório Anual que o IBAMA avalia a situação e propõe normas melhores para o exercício do controle ambiental.

Por ser a atividade licitada potencialmente poluidora, tem-se que a única forma de atestar a regularidade ambiental das atividades desempenhadas pelas empresas licitantes será a exigência de apresentação do Relatório Anual de Atividades do IBAMA.

(e) Veículos dotados de CIV e CIPP

Com o objetivo de tentar minimizar impactos e reduzir os riscos de acidentes envolvendo o transporte rodoviário de produtos perigosos – tal qual a atividade licitada, a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) traz uma série de exigências para essa atividade.

Alguns dos itens mais importantes, e consequentemente os mais fiscalizados, são os certificados que atestam as condições de segurança dos veículos e dos equipamentos que realizam o transporte de produtos perigosos – o CIV (Certificado de Inspeção Veicular) e CIPP (Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos).

O CIV e o CIPP (Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos) estão previstos no artigo 7º do Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos – RTPP (Resolução ANTT nº 3.665/11):

Art. 7º Os veículos e equipamentos de transporte de produtos perigosos a granel devem ser inspecionados por organismos de inspeção acreditados, de acordo com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro, os quais realizarão inspeções periódicas e de construção para emissão do Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos – CIPP e do Certificado de Inspeção Veicular – CIV, de acordo com regulamentos técnicos daquele Instituto, complementados com normas técnicas brasileiras ou internacionais aceitas.

O CIV, regulamentado Portaria INMETRO nº 457/08, consiste em um certificado que atesta que toda a parte rodante do veículo, ou seja, o caminhão trator (ou cavalo) e o semi-reboque (ou a prancha) foram inspecionados e aprovados quanto às suas condições de segurança para o transporte de produtos perigosos.

Já o CIPP, regulamentado pela Portaria INMETRO nº 91/09, é o certificado conferido ao equipamento ou implemento instalado no veículo onde o produto perigoso é acondicionado como, por exemplo, um tanque, uma carroceria ou mesmo uma caçamba.

Importante destacar também que, tanto o CIV, quanto o CIPP, são obrigatórios nas situações de transporte de produtos perigosos a granel. Se a carga for fracionada, ou seja, acondicionada e transportada em embalagens (tambores, bombonas, etc), IBCs, embalagens grandes ou tanques portáteis não são obrigatórios os certificados CIV e/ou CIPP.

Ocorre que, no serviço ora licitado, os resíduos são transportados a granel, ou seja, sem qualquer embalagem ou recipiente, sendo contido pelo próprio tanque instalado ao veículo ou em contêiner tanque. Portanto, está sujeito à fiscalização da ANVISA.

Como consequência, os veículos responsáveis pelo transporte desses resíduos devem possuir CIV e CIPP válidos, sob pena de não possuírem livre trânsito nas rodovias do país.

Desta forma, para que esta Prefeitura não corra o risco de os veículos da licitante vencedora ficarem impossibilitados de transitar pelas rodovias federais durante a execução do contrato, bem como para que esta Prefeitura se certifique da regularidade do veículo que fará o transporte dos resíduos, impõe-se a inclusão da exigência de apresentação do CIV e do CIPP no edital.

3. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O arrazoado é suficiente para demonstrar que a ausência de qualquer um dos documentos mencionados nesta Impugnação importará na contratação irregular e na prestação ilegal dos serviços, além de ensejar a responsabilidade solidária da Administração Pública, nos termos dos artigos 10 e 14, da Política Nacional do Meio Ambiente – Lei nº 6.938/81, e do artigo 8º, do Decreto nº 38.356/98, sem prejuízo de eventual responsabilização criminal.

Neste contexto, é válido salientar que a operação com banheiros químicos, bem como a sua manutenção representa significativa potencialidade de degradação ambiental,

dependendo, para a sua viabilidade, de autorização e licenças dos mais diversos órgãos de controle, imposições estas derivadas da própria Constituição Federal:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Art. 225 – Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida IMPONDO-SE AO PODER PÚBLICO e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incube ao Poder Público;

IV – EXIGIR, na forma de lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.

Não obstante o exigido pela própria Constituição Federal, todos os procedimentos licitatórios devem, não apenas visar à proposta mais vantajosa, mas também assegurar a proteção ambiental, como descreve o artigo 12 da Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93):

Art. 12 – Nos projetos básicos e projetos executivos de obras e serviços serão considerados principalmente os seguintes requisitos:

[...]

VII – Impacto ambiental.

Ante o exposto, fica claro que a Administração Pública não pode se desviar do princípio da legalidade e deixar de atender aos preceitos normativos atinentes à prestação do serviço licitado, no intuito de assegurar que o interesse público seja o único objetivo das condutas de seus agentes administrativos.

Com a inclusão das exigências mencionadas, objetiva-se que a Administração Pública contrate com o participante que, além de oferecer a proposta mais vantajosa, atenda aos requisitos legalmente impostos ao serviço de locação de banheiros químicos.

Salienta-se que a empresa que atende às exigências legais ambientais e de responsabilidade técnica tem, também, um custo a elas pertinente, seja com consultoria jurídica ambiental, geológica, engenharia, infra-estrutura adequada para a atividade, atendendo a toda e qualquer determinação do órgão ambiental competente (FEPAM) relativa ao tratamento de águas, taxas de licenciamento dentre outras tantas exigências.

Por óbvio, o custo para o regular exercício da atividade está contemplado no preço final do produto apresentado pelas empresas interessadas em participar do certame.

Posta assim a questão, o atendimento à integralidade das exigências ambientais e de responsabilidade técnica é, também, um dos fatores da manutenção da equidade no certame e observância do princípio da isonomia, definido no artigo 3º, da Lei de Licitações.

Assim, como o pregão em questão se processará pelo tipo menor preço, essa é uma variante que deve ser considerada, devendo participar do processo licitatório apenas as empresas que atendam a todas as exigências ambientais e de responsabilidade técnica, sob pena de não o fazendo, ser inviável a isonomia do certame, bem como a contratação ilegal em prejuízo à Administração Pública e ao meio ambiente.

Resta claro e indispensável que conste expressamente no Edital ora impugnado, a exigência de que sejam apresentados documentos suficientes para cumprir os requisitos ambientais e de responsabilidade técnica, em nome da empresa fornecedora, para manter a isonomia no certame e para que esta Administração tenha certeza de que a contratação se dará com empresa que atende a todas as exigências insertas na legislação ambiental.

Neste contexto, evidente que se as exigências do certame, quando confrontadas com as determinações legais, revelam-se insuficientes à instalação de banheiros químicos, bem como que o edital desatende os princípios básicos que orientam a ação da Administração Pública, o que resultará no favorecimento de licitantes que oferecem menor preço às custas da degradação ambiental.

4. DOS REQUERIMENTOS:

PELO EXPOSTO, a Impugnante requer seja acolhida a presente Impugnação, para incluir na documentação habilitatória constante no item 9 do Edital os seguintes documentos relativos à qualificação técnica dos licitantes:


- (a) Licença de Operação concedida pela FEPAM para transporte de cargas perigosas;
- (b) Contrato para recebimento e tratamento de efluentes;
- (c) Licença de Operação dos Veículos e da Estação de Tratamento de Efluentes;
- (d) Perante o CREA:
 - Inscrição da empresa no CREA;
 - Comprovação de que a empresa possui em seu quadro de funcionários ou possui contrato de prestação de serviços com engenheiro registrado no CREA;
 - Certidão de Acervo Técnico registrada no CREA e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação;
 - Atestado de Qualificação Técnica registrado no CREA e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.
- (e) Cadastro Técnico Federal do IBAMA e Relatório Anual de Atividades do IBAMA;
- (f) CIV e CIPP dos veículos.

Termos em que pede deferimento.

De Caxias do Sul, RS, para Parobé, RS, 14 de fevereiro de 2023.

TECNISAN SISTEMAS OPERACIONAIS DE SANEAMENTO EIRELI

CNPJ nº 01.651.522/0001-16

 <p>Ministério da Economia Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo</p>			<p>Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)</p>	
<p>NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)</p> <p style="font-size: 1.2em; font-weight: bold;">43600299452</p>	<p>Código da Natureza Jurídica</p> <p style="font-size: 1.2em; font-weight: bold;">2305</p>	<p>Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio</p>		

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul


Nome: TECNISAN SISTEMAS OPERACIONAIS DE SANEAMENTO EIRELI

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
		2003	1	ALTERACAO DE SOCIO/ADMINISTRADOR
		2247	1	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL

Nº FCN/REMP



RSN2185632511

CAXIAS DO SUL

Local

2 Setembro 2021

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR
☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

☐ NÃO / / _____

Data
Responsável

☐ NÃO / / _____

Data
Responsável

Processo em Ordem À decisão

 / /
Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

/ /
Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

/ /
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 7858860 em 02/09/2021 da Empresa TECNISAN SISTEMAS OPERACIONAIS DE SANEAMENTO EIRELI, CNPJ 01651522000116 e protocolo 212869833 - 18/08/2021. Autenticação: BB412D6104EBA902BC7DC49BDED19A29EA83E9. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 21/286.983-3 e o código de segurança vg5u Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2021 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.


 CARLOS GONÇALVES
 SECRETÁRIO-GERAL

pág. 1/9



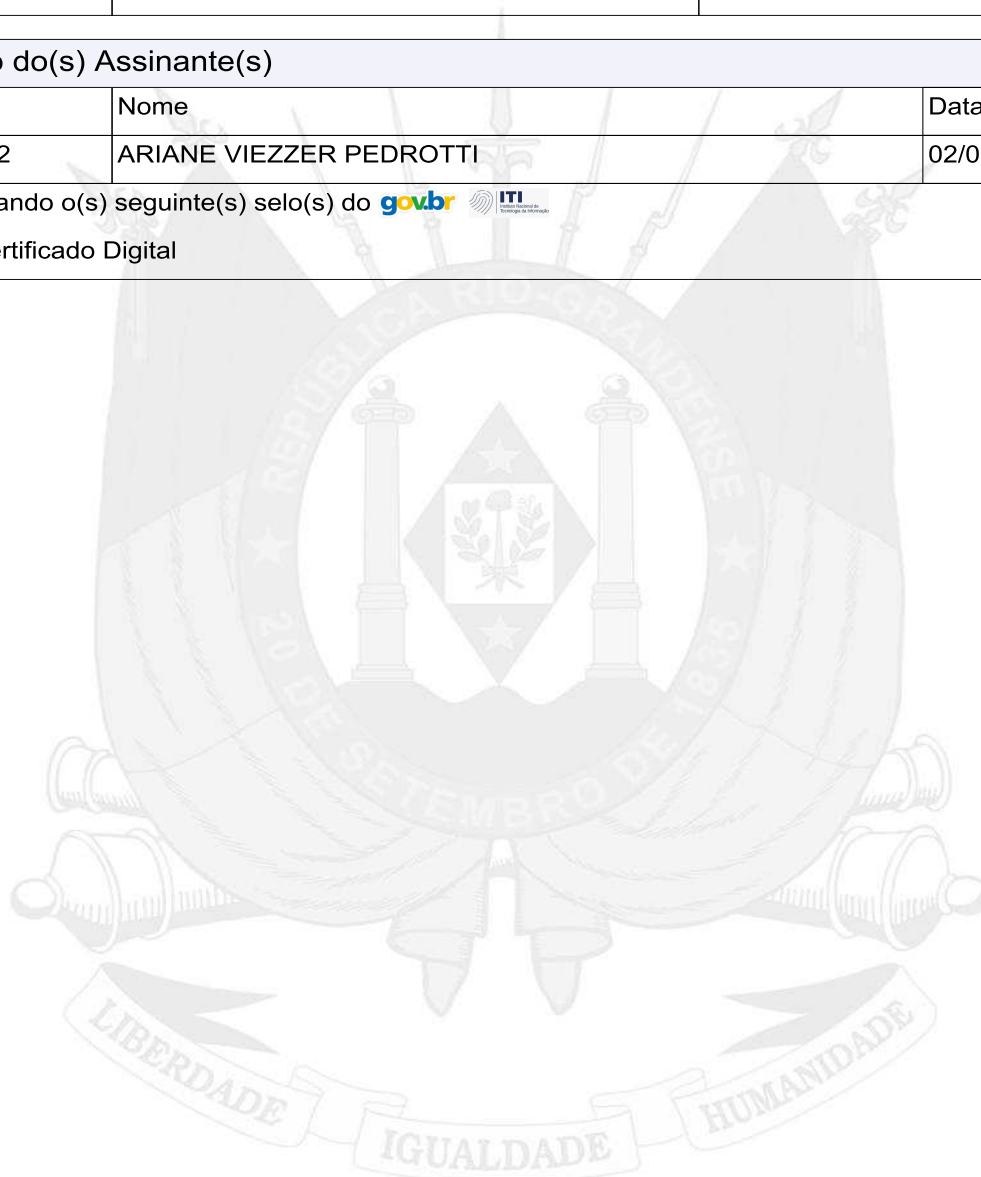
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/286.983-3	RSN2185632511	18/08/2021

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
006.077.880-62	ARIANE VIEZZER PEDROTTI	02/09/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 7858860 em 02/09/2021 da Empresa TECNISAN SISTEMAS OPERACIONAIS DE SANEAMENTO EIRELI, CNPJ 01651522000116 e protocolo 212869833 - 18/08/2021. Autenticação: BB412D6104EBA902BC7DC49BDED19A29EA83E9. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 21/286.983-3 e o código de segurança vg5u Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2021 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.


CARLOS VICENTE BERNARDONI GONÇALVES
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 2/9

ALTERAÇÃO Nº 18 DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI

TECNISAN SISTEMAS OPERACIONAIS DE SANEAMENTO EIRELI.

ARIANE VIEZZER PEDROTTI, brasileira, casada sob o regime de separação total de bens, maior, comerciante, natural de Caxias do Sul, RS, nascida aos 06 de setembro de 1986, inscrita no CPF sob nº 006.077.880-62 e portadora da Cédula de Identidade RG nº 9081679889 expedida pela SJS/RS, residente e domiciliada à Rua José Soares de Oliveira, nº 2177, Apto. 201, Bairro Pio X, em Caxias do Sul, RS, CEP 95.034-100, titular da EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA que gira sob a denominação social de **TECNISAN SISTEMAS OPERACIONAIS DE SANEAMENTO EIRELI**, estabelecida à Rua Cavaliere Ambrógio Cipolla, nº 826, Bairro Mariland, em Caxias do Sul, RS, CEP 95.057-000, com sua Filial nº 1 localizada à Rua Roberto Francisco Behrens, nº 595, Bairro Mato Grande na cidade de Canoas, RS, CEP 92.320-060, sua filial nº 3, localizada à Avenida Itália, nº 1539, Bairro Vila Maria, em Rio Grande, RS, CEP 96.203-295 sua filial nº 4 localizada à Estrada Municipal Tramandaí- Estácia, em Tramandaí, RS, CEP 95.590-000, e filial nº 5 localizada à Rua Roberto Francisco Behrens, nº 665, Bairro Mato Grande, em Canoas, RS, CEP 92.320-060, inscritas no CNPJ sob nº 01.651.522/0001-16, 01.651.522/0002-05, 01.651.522/0004-69, 01.651.522/0005-40 e 01.651.522/0006-20, com seu contrato social registrado e arquivado na MM. Junta Comercial deste Estado em sessão de 05 de novembro de 1996 sob nº 43203360279 e posteriores alterações arquivadas em sessão de 23 de janeiro de 1997 sob nº 97/1574071, em sessão de 22 de janeiro de 1999 sob nº 1818331, em sessão de 06 de junho de 2000 sob nº 1945258, em sessão de 23 de agosto de 2001 sob nº 2071557, em sessão de 21 de novembro de 2003 sob nº 2312491, em sessão de 17 de março de 2005 sob nº 2563480, em sessão de 28 de abril de 2006 sob nº 2695659, em sessão de 17 de agosto de 2006 sob nº 2734693, em sessão de 24 de agosto de 2010 sob nº 3349032, em sessão de 17 de novembro de 2010 sob nº 3386123 e Filial nº 1 sob nº 43901507721, em sessão de 04 de fevereiro de 2011 sob nº 3421160 e Filial nº 2 registrada em sessão de 10 de março de 2011 sob nº 26900560781 no estado de PE, na MM. Junta Comercial deste Estado em sessão de 01 de abril de 2013 sob nº 3773914, Filial nº 3 sob nº 43901668457, Filial nº 4 sob nº 43901668465, Filial nº 5 sob nº 43901668473 e Filial nº 2 na Junta Comercial do Estado de Pernambuco em sessão de 07 de outubro de 2013 sob nº 20136877184, em sessão de 20 de maio de 2015 sob nº 4107887, em sessão de 22 de Dezembro de 2015 sob nº 4213084, em sessão de 19 de abril de 2017 sob nº 4435315, em sessão de 01 de novembro de 2017 sob nº 43.6.0029945-2 e seu

Página 1 de 4



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 7858860 em 02/09/2021 da Empresa TECNISAN SISTEMAS OPERACIONAIS DE SANEAMENTO EIRELI, CNPJ 01651522000116 e protocolo 212869833 - 18/08/2021. Autenticação: BB412D6104EBA902BC7DC49BDED19A29EA83E9. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 21/286.983-3 e o código de segurança vg5u Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2021 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.

Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves
CARLOS VICENTE BERNARDONI GONÇALVES
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 3/9

último ato registrado na MM. Junta Comercial, Industrial em sessão de 05 de abril de 2019 sob nº 5002033, resolve promover a alteração do ato constitutivo que rege a empresa, fazendo-o neste ato e da seguinte forma:

1 - DO CAPITAL SOCIAL

O capital social, que é de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), representado por 300.000 (Trezentas mil) quotas, no valor de R\$1,00 (Um real) cada uma, totalmente integralizado, em moeda corrente do País, passa a ser de R\$ 800.000,00 (Oitocentos mil reais), com um aumento de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais), dividido em 500.000 (Quinhentas mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (Um real) cada uma, subscritas e integralizadas nesta data pela titular ARIANE VIEZZER PEDROTTI, pelo aproveitamento da rubrica contábil FUNDO PARA AUMENTO DE CAPITAL.

§ único - A responsabilidade do titular é limitada ao valor do capital integralizado.

2 - Face às alterações havidas, a titular resolve CONSOLIDAR o contrato social primitivo e as demais alterações contratuais, passando a vigorar o que está disposto nas cláusulas seguintes:

CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVO E DURAÇÃO

Cláusula 1 - TECNISAN SISTEMAS OPERACIONAIS DE SANEAMENTO EIRELI, é uma EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, regendo-se pelo presente contrato social e pelas disposições legais aplicáveis.

Cláusula 2 - A empresa tem sua sede e foro jurídico na Rua Cavaliere Ambrógio Cipolla, nº 826, Bairro Mariland, em Caxias do Sul, RS, CEP 95.057-000, sua filial nº 1 localizada à Rua Roberto Francisco Behrens, nº 595, Bairro Mato Grande na cidade de Canoas, RS, CEP 92.320-060, sua filial nº 3 à Avenida Itália, nº1539, Bairro Vila Maria, em Rio Grande, RS, CEP 96.203-295, sua filial nº 4 localizada à Estrada Municipal Tramandaí-Estácia, em Tramandaí, RS, CEP 95.590-000, e filial nº 5 localizada à Rua Roberto Francisco Behrens, nº 665, Bairro Mato Grande, em Canoas, RS, CEP 92.320-060, podendo a critério da titular estabelecer filiais ou sucursais em qualquer ponto do território nacional ou do exterior, obedecendo as disposições legais vigentes.

Cláusula 3 - A empresa (Matriz e Filiais nº 1, nº 3, nº 4, e nº 5) tem por objetivo o comércio, locação de bens móveis, serviços de manutenção de cabines, ou seja, sanitário portátil, reforma e construção civil, o comércio de materiais de construção, de



higiene, hidro jateamento, transporte rodoviário de cargas em geral e cargas perigosas, resíduos industriais e resíduos domésticos, limpeza de fossas, de tubulações, tratamento e disposição de resíduos perigosos, desinsetização e desratização de ambientes, locação de containers habitáveis, guaritas, bilheterias, lavatórios, veículos, reboques, tendas, ar condicionado e armários.

Cláusula 4 - A presente empresa iniciou suas atividades em 16 de outubro de 1996 e seu prazo de duração é indeterminado.

CAPÍTULO II – DO CAPITAL SOCIAL

Cláusula 5 - O capital é de R\$ 800.000,00 (Oitocentos mil reais), representado por 800.000 (Oitocentas mil) quotas, no valor de R\$1,00 (Um real) cada uma, totalmente integralizado, em moeda corrente do País.

§ único - A responsabilidade do titular é limitada ao valor do capital integralizado.

CAPÍTULO III – DA ADMINISTRAÇÃO

Cláusula 6 - A administração da empresa cabe à **ARIANE VIEZZER PEDROTTI** com os poderes e atribuições de administrar os negócios sociais, vedado, no entanto, o uso do nome da empresa em atividades estranhas ao interesse empresarial ou em assumir obrigações seja em favor do empresário ou de terceiros.

CAPÍTULO IV- DO EXERCÍCIO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS

Cláusula 7 - O exercício coincidirá com o ano civil, sendo em 31 de dezembro de cada ano elaborado inventário, balanço patrimonial e balanço de resultado econômico, cabendo ao titular os lucros ou prejuízos apurados, podendo ainda distribuir lucros apurados em balanços intermediários.

Cláusula 8 - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, o empresário deliberará sobre as contas e designará administrador quando for o caso.

Cláusula 9 - A EIRELI poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração do ato constitutivo, devidamente assinada pelo titular da empresa.

CAPÍTULO V – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

Cláusula 10 - Falecendo o empresário, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo



possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

DECLARAÇÃO DE DESEMPEDIMENTO: O Administrador declara sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da EIRELI, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula 11 - Declaro, sob as penas da lei, que não participo de nenhuma outra empresa desta modalidade.

Cláusula 12 - Fica eleito o foro de Caxias do Sul, RS, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes

Caxias do Sul, 11 de agosto de 2021.

ARIANE VIEZZER PEDROTTI





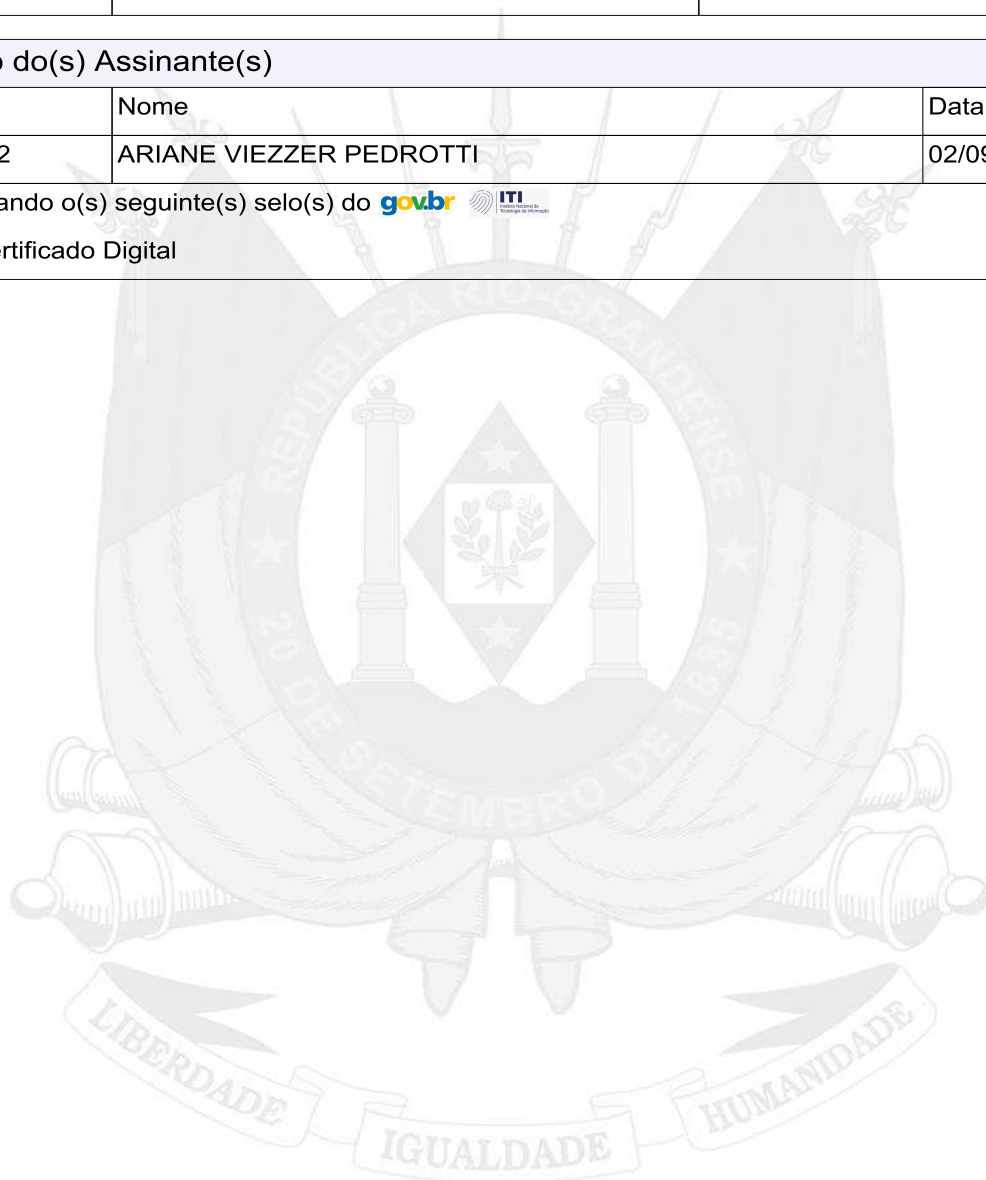
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/286.983-3	RSN2185632511	18/08/2021

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
006.077.880-62	ARIANE VIEZZER PEDROTTI	02/09/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 7858860 em 02/09/2021 da Empresa TECNISAN SISTEMAS OPERACIONAIS DE SANEAMENTO EIRELI, CNPJ 01651522000116 e protocolo 212869833 - 18/08/2021. Autenticação: BB412D6104EBA902BC7DC49BDED19A29EA83E9. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 21/286.983-3 e o código de segurança vg5u Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2021 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.


CARLOS V. GONÇALVES
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 7/9





TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL



Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa TECNISAN SISTEMAS OPERACIONAIS DE SANEAMENTO EIRELI, de CNPJ 01.651.522/0001-16 e protocolado sob o número 21/286.983-3 em 18/08/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 7858860, em 02/09/2021. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Marilei Ferraro.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
006.077.880-62	ARIANE VIEZZER PEDROTTI	02/09/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
006.077.880-62	ARIANE VIEZZER PEDROTTI	02/09/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do  		
Selo Ouro - Certificado Digital		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 11/08/2021



Documento assinado eletronicamente por Marilei Ferraro, Servidor(a) Público(a), em 02/09/2021, às 13:45.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucisrs](http://portal.de.servicos.da.jucisrs) informando o número do protocolo 21/286.983-3.





JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
193.107.810-68	CARLOS VICENTE BERNARDONI GONCALVES



Porto Alegre. quinta-feira, 02 de setembro de 2021



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 7858860 em 02/09/2021 da Empresa TECNISAN SISTEMAS OPERACIONAIS DE SANEAMENTO EIRELI, CNPJ 01651522000116 e protocolo 212869833 - 18/08/2021. Autenticação: BB412D6104EBA902BC7DC49BDED19A29EA83E9. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 21/286.983-3 e o código de segurança vg5u Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/09/2021 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.

CARLOS VICENTE BERNARDONI GONCALVES
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 9/9